

CUIDANDO DAS ÁGUAS POR UM BRASIL MELHOR

João Bosco Senra

Os pressupostos da Política Nacional de Recursos Hídricos se harmonizam com o acúmulo social, político e institucional do conjunto de forças que agora governam o Brasil, no sentido de conferir substancialidade ao processo de democratização do País, valorizando a atuação da sociedade na formulação e na implementação das políticas públicas.

O nosso compromisso de governo se expressa na busca por um outro modelo de desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente viável, onde a participação e o controle social são princípios fundamentais para a gestão compartilhada das águas e a expansão da cidadania.

A água é fonte de vida e de alimento para as populações e um bem natural de domínio público, dotado de valor econômico, que merece o cuidado da preservação, em quantidade e qualidade, para o atendimento dos seus múltiplos usos. Nesse sentido, estamos plenamente comprometidos com a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, fortalecendo todas as instituições que integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, sejam elas federais, estaduais e municipais.

A consolidação da Política Nacional de Recursos Hídricos depende da efetiva implementação dos seus instrumentos, quais sejam: os Planos de Recursos Hídricos; o enquadramento; a outorga; a cobrança; a compensação a municípios; e o Sistema de Informações. A implantação da cobrança pelo uso da água, por exemplo, é uma iniciativa dos comitês de bacia hidrográfica. É nos comitês que a gestão descentralizada e participativa adquire densidade. O sentido da cobrança como instrumento relaciona-se, sempre, à necessidade de disciplinar o uso, evitar o desperdício e contribuir para reverter o passivo ambiental, e nunca deve se submeter à lógica do lucro e da especulação mercantil.

O esforço de cuidar das águas não pode se restringir à atuação unilateral do Governo, daí a necessidade de fortalecermos os canais de participação e aprimorarmos o diálogo com a sociedade. Imbuídos deste propósito, já conseguimos ampliar a representatividade do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, praticamente dobrando o número de membros de 29 para 57. Também realizaremos audiências públicas em todo o País para a discussão do Plano Nacional de Recursos Hídricos, cujo diagnóstico encontra-se em fase final de elaboração.

Com vistas à promoção do pacto federativo sócio ambiental, temos por imprescindível a integração do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos com o Sistema Nacional de Meio Ambiente-SISNAMA, cujas conseqüências refletir-se-ão no fortalecimento recíproco de ambos, com ganhos em qualidade de vida para todos os brasileiros e brasileiras.